

### PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

2013

TIPO DE COR	REIÇÃO:	ORDINÁRIA
MODALIDA	ADE:	À DISTÂNCIA
UNIDADE CORRE	EICIONADA:	2ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA
PERÍODO CORRE	EICIONADO:	1º/07/2012 a 30/06/2013
CORREGEDOR:	DESEMBAR	RGADOR ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

EQUIPE CORREICIONAL		
SERVIDOR	FUNÇÃO	
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional	
Bruno Barbosa Dib	Assistente	
Geisa Azevedo Carlos Campelo	Assistente	
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente	
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente	

# 1 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.843
2	Processos remanescentes do período anterior	647
3	Processos resolvidos	1.947
4	Produção	78%
5	Processos pendentes de solução em maio de 2013 (incluídas as sentenças anuladas)	551
6	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas) em maio de 2013	1.481
7	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas) em maio de 2013	66
8	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas) em maio de 2013	373
9	Execuções no arquivo provisório em maio de 2013	161
10	Total de execuções em maio de 2013 (soma dos itens 6, 7, 8 e 9)	2.081

	CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS (no período correicionado)		
11	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	209	
12	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	240	
13	13 Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento		
	CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS (no período correicionado)		
14	Cartas precatórias expedidas	162	
15	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	167	
16	Cartas precatórias pendentes de devolução	115	

17	Número de processos recebidos no período correicionado anterior	2.228
18	Número de processos recebidos neste período correicionado	1.843
19	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	-17%
20	Número de processos na fase de execução no período correicionado anterior	2186
21	Número de processos na fase de execução neste período correicionado	2081
22	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	-4,80%

### 2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

### 2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	FABÍOLA EVANGELISTA MARTINS
Juiz Auxiliar	WANDERLEY RODRIGUES DA SILVA
Juiz Substituto	

### 2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(íza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da	SIM	NÃO
Vara?	Х	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

### 2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)\*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	Х	x	Х	Х	
Auxiliar fixo	Х	Х	Х	Х	

<sup>\*</sup> Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

### 2.4 - Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
---	---	---

Com muita frequência há a realização de audiências na sexta-feira.

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juízes	SIM	NÃO
Titular e Auxiliar em semanas alternadas?		X

## 2.4.2 – Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	Х	
Ordinário		Х

### 2.4.3 - Número de audiências realizadas:

ZI-TO TRUTTOTO DO GUATOTORO FORIZADA.		
Tipo de audiência	Média mensal	
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	91	
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	95	
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	55	
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	40	

### 2.4.4 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio		
Sumaríssimo	62		
Ordinário	87		

### 2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	460
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	5
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	11
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	21

### 2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	40

### 2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	4
Ordinário	8

# 2.6.3 – Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular		
Juiz Auxiliar (se houver)		
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	9

# 2.6.5 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	0
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	1

## 2.6.6 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(íza)
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO		0	

# 2.7 – Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	69
Ordinário (segundo diretriz da Administração)	144

### 2.8 - Conciliações

Especificação	SIM NÃO		
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	Х		
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	47%		
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	48%		

# 2.9 - Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	22%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	27%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	76%

2.10 – Produção

Magistrado	Mês de Processos Atuação em pauta	Quantidade sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade			
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
	01/13	31	6	0	0	0	0	0
	02/13	49	46	8	1	0	0	0
	03/13	37	11	2	44	1	1	0
Fabíola Evangelista Martins	04/13	256	67	5	6	0	5	1
	05/13	149	83	4	4	0	13	1
	06/13	185	66	3	2	13	12	1
	TOTAIS	707	279	4	10	14	31	3
	10/12	0	1	0	150	0	0	0
	11/12	0	1	0	0	0	0	0
Blanca Carolina Martins Barros	12/12	0	0	0	0	0	1	0
	01/13	0	2	0	92	0	0	0
	TOTAIS	0	4	0	61	0	1	0
O! - D:	06/13	8	2	0	0	0	0	0
Camila Baião Vigilato	TOTAIS	8	2	0	0	0	0	0
	07/12	0	0	0	0	1	0	0
	08/12	171	60	0	1	0	12	1
	09/12	160	58	1	1	3	9	2
	10/12	193	63	1	2	5	4	3
	11/12	2	0	0	0	0	0	0
		80	10	0	27	_	2	_
Formanda Farraira	12/12			-		0		0
Fernanda Ferreira	01/13	89	28	1	0	2	0	0
	02/13	134	59	2	8	2	4	0
	03/13	162	61	3	9	4	3	0
	04/13	82	15	12	10	1	0	0
	05/13	55	24	6	20	7	0	0
	06/13	0	1	0	28	0	0	0
	TOTAIS	1128	379	2	9	25	34	6
Eduarda Tadau Than	04/13	0	1	0	0	0	0	0
Eduardo Tadeu Thon	TOTAIS	0	1	0	0	0	0	0
	06/13	0	1	0	0	0	0	0
Narayana Teixeira Hannas	TOTAIS	0	1	0	0	0	0	0
	07/12	1	2	0	31	7	0	0
	08/12	0	4	88	78	1	0	0
Osmar Pedroso	09/12	0	0	0	0	4	0	0
	TOTAIS	1	6	29	36	12	0	0
	07/12	9	11	1	1	3	1	0
	08/12	155	42	2	44	0	1	1
	09/12	42	16	0	44	1	4	0
				-			-	-
	10/12	149	44	1	3	1	2	2
	11/12	192	52	3	4	6	12	1
	12/12	112	31	3	2	0	3	2
Ranúlio Mendes Moreira	01/13	55	18	0	1	0	6	0
	02/13	35	11	5	3	2	0	0
	03/13	49	9	6	2	1	0	0
	04/13	21	0	0	0	0	0	0
	05/13	28	2	0	0	3	0	0
	06/13	1	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	848	237	2	5	17	29	6
	07/12	280	88	1	4	10	8	1
	08/12	11	19	4	5	8	0	0
	09/12	0	2	0	0	0	0	0
	10/12	0	2	0	6	1	0	0
Sara Lúcia Davi Sousa	11/12	0	0	0	0	3	0	0
Sala Lasia Davi Gousa	12/12	0	1	65	0	0	0	0
	02/13	0	1				0	_
			2	0	0	0	_	0
	03/13	0		0	0	0	0	0
	TOTAIS	291	115	9	2	22	8	1
Samara Moreira de Sousa	08/12	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	0	1	0	0	0	0	0
	05/13	23	6	0	1	0	0	0
Wanderley Rodrigues da Silva	06/13	20	9	0	0	1	2	0

## 3 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

## 3.1 – Estrutura da Secretaria

### 3.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
FABIO SANTOS GAMA	DIRETOR DE SECRETARIA	EFETIVO
ARNALDO ALVES BARBOSA	ASSIST. JUIZ – FC-5	EFETIVO
CAROLINE RENATA BARBOSA DE ALMEIDA JABUR	ASSISTENTE 2 – FC-2	EFETIVO
ERICK ALEXANDRE FERREIRA DE JESUS	ASSISTENTE 2 – FC-2	EFETIVO
ANA AMÉLIA VASCONCELOS DE AZEVEDO	SEC. AUDIÊNCIA – FC-3	EFETIVO
GISELLE SILVESTRE FERREIRA RIOS	ASSIST. JUIZ – FC-5	EFETIVO
MELBA DE SOUSA TELES	SEC. AUDIÊNCIA – FC-3	EFETIVO
MÁRCIA MARIA ALVES TERTULIANO		EFETIVO
ROGÉRIO MARQUES DA MOTA	ASSIST. DIRETOR SECRETARIA FC-5	CEDIDO MUNICIPAL
VIVIANE LUIZ DE ASSUNÇÃO		EFETIVO
EVELINE MARIA CAMARGO BARBOSA		EFETIVO
WESLEY FARIA CALISTO		EFETIVO
NAVARRO XAVIER DE MORAIS RODRIGUES		ESTAGIÁRIO
KARINE LOPES DE SOUZA		ESTAGIÁRIO
KARINE SOUZA FERNANDES		MENOR-APRENDIZ

## 3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	17
Notebooks	1
Impressoras	6
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	3

## 3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	3
Atualização de cálculos	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	9

## 3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	х
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	x
Aproveitamento de papel usado como rascunho	х
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	х
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

## 4 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade procedeu à digitalização da íntegra dos processos, quando da implantação do processo digital?		X	
2	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do Novo PGC?		X	
3	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)		X	
4	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do Novo PGC)?		x	
5	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do Novo PGC?	х		
6	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do Novo PGC?	x		
7	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do Novo PGC?	x		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, I da Consolidação do Provimentos da CGJT?	Х		
9	A unidade fotografa os bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos no processo?	-	-	

0	J
Ò	1
58392	1
ά	1
Ĭ	
õ	j
Ň	
ic	1
~	_
Ċ	1
Š	֡
$\sim$	ĺ
•	۱
a	1
τ	į
ק	
קק	
hapi	
hicidad	
periorito	
pricidad	
tenticidad	
ntenticidad	
Autonticidad	
Autenticidad	
A Antenticidad	
od Antenticidad	
Cód Antenticidad	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do Novo PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar exemplos)	Х		
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	x		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do Novo PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?	Х		
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do Novo PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquvamento definitivo do processo?	Х		
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	x		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8°, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do Novo PGC?	х		
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a divida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	х		

0	J
58393	5
č	١
ά	5
ž	5
C	J
^	
L	٥
$\overline{}$	-
$\sim$	)
2001	)
C	Į
a	2
2	Ś
ā	j
Ĉ	3
-7	5
-:=	
7	
ā	)
±	
=	;
٩	•
_	٠
۶.	
ž	?
C	)

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Unidade procede à guarda física dos autos em papel que baixam do Tribunal, após o julgamento de recursos, ou que aguardam julgamento de recursos pelo TST, bem como das Ações de Execução Fiscal recebidos da justiça comum?	X		
18	A unidade obedece o disposto no art. 179 do Novo PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução, inclusive os previstos no art. 159 do Novo PGC?	Х		
19	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC	×		Atendido Parcialmente.
20	A unidade possui processos com o último andamento AQCC-Arquivo Definitivo/Certidão de Crédito Expedida?	X		
21	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução? Em caso afirmativo, a reunião importa na extinção do processo reunido? Dê exemplos.		Х	
22	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)		X	
23	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido, bem como a data da última eliminação)		Х	
24	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	Х		

# 5 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS

### 5.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e- mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e- mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e- mail)	Х		

### 5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	Х	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

## 6 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

6.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

Cumpriu		priu?	Ohaariisaa
Recomendação	SIM	NÃO	Observações
1.1- A observância do disposto no parágrafo único do artigo 339 do PGC, visto que, em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor, não há a intimação do Ministério Público do Trabalho das sentenças proferidas e dos acordos homologados;		×	
1.2 - A observância das determinações contidas nos artigos 53, inciso I, e 83, § 1º, ambos do PGC, quanto à necessidade de se registrar no SAJ18 o CPF/CNPJ das partes demandadas, quando do cadastramento das petições iniciais ou, não tendo sido informado nos autos, colher tais dados em audiência, inserindo-os posteriormente no sistema informatizado;		X	
1.3 - Que a unidade cumpra integralmente as determinações contidas nos artigos 86 e 178 do PGC, fazendo constar dos textos das decisões condenatórias e dos acordos homologados, além das orientações sobre as obrigações previdênciárias, a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP, sob pena de expedição de ofício à Receita Federal do Brasil;	х		Atendido Parcialmente.
1.4 - A elaboração imediata de despachos judiciais nos 20 processos que se encontram fora do prazo legal, conforme apurado no Relatório de Correição no item 2.5;	x		
1.5 - A prolação de sentenças nos 4 (quatro) processos listados no item 2.6.6 do Relatório da Correição, que se encontram aguardando julgamento com prazo acima do limite legal;	х		
1.6 - A adequação do prazo médio para exarar despachos, que, atualmente encontra-se em 4 dias, ao disposto no artigo 189, I, do CPC, que é de 2 dias;		х	
1.7 - Que os assistentes e servidores da Secretaria da Vara do Trabalho passem a utilizar o módulo de Despachos Expressos do Sistema de Administração Judicial – SAJ, de forma a garantir a padronização de despachos e documentos produzidos pela unidade e, em consequência, a uniformização de procedimentos e rotinas, na esteira do que há muito vem sendo desenvolvido pelas demais unidades judiciárias da 18ª Região;		x	Perda parcial do objeto, tendo em vista a implantação do Pje-JT.
1.8 - Que a secretaria dê prosseguimento nos feitos que se encontram com data-limite vencida, conforme os relatórios do módulo de gerenciamento de processos do SAJ (BIRÔ), indicados no Relatório da Correição no item 6.2;	x		

^1
$\sim$
Ç
(T)
8
2
N
$\sim$
Ω
$\overline{}$
0
0
Ñ
Φ
Ō
ā
ö
.≍
.≌
≆
⊆
œ,
≒
⋖
р
ó
Ō

1.9 - A observância pela Secretaria do disposto no parágrafo único do artigo 27, bem como do artigo 8°, IV, da Lei nº 6.830/80, quando da expedição dos editais de intimação e de praça, assim como em todas as publicações nas ações de execução fiscal, fazendo deles contar os números e as respectivas datas de inscrição no registro da Dívida Ativa;	х	Atendido Parcialmente.
1.10 – A liberação imediata do depósito recursal, independentemente de requerimento da parte, nos termos do artigo 186 do novo PGC e do artigo 77, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, quando transitada em julgado a sentença condenatória, nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao referido depósito;	x	
1.11 - A observância no lançamento dos levantamentos de créditos trabalhistas e recolhimento contribuições previdenciárias e custas no sistema SAJ18, na fase de conhecimento e execução, inclusive quando o pagamento do acordo for presumido nos autos, nos termos dos artigos 164 e 171 ambos do PGC;	х	Atendido Parcialmente.
1.12 - A utilização do meio eletrônico (e-mail) para o envio de comunicações a órgãos públicos com os quais o Tribunal mantém convênio para essa finalidade, a exemplo da SRTE, da CEF, da RFB e dos Cartórios de Registros de Imóveis de Goiânia, visando proporcionar maior agilidade aos procedimentos, bem como economia de tempo e de recursos materiais;	х	
1.13 - A atualização dos cálculos antes de efetuar as diligências de consulta ao sistema BACENJUD, evitando-se, assim, a repetição de atos processuais executórios para complementação do valor devido, com prejuízos à celeridade e efetividade dos procedimentos;	х	
1.14 - Que a Secretaria da Vara abstenha-se de suspender as execuções em trâmite sem que haja determinação expressa do juiz condutor do feito, conforme apontamentos constantes do relatório de correição anexo;	х	
1.15 - O arquivamento provisório dos autos de processos de execução, nos casos previstos no art. 40, § 2º, da Lei nº 6.830/1980, na forma do Provimento SCR nº 4/2010, proporcionando-se a contagem do prazo prescricional, especialmente nas execuções fiscais e previdenciárias, passando-se a adotar o seguinte procedimento: esgotadas as tentativas de localização do devedor ou de bens penhoráveis, o processo deverá ser suspenso por até um ano (pode ser um prazo menor, a critério do juiz), findo o qual o exequente será intimado a fornecer meios para prosseguimento da execução, remetendo-se os autos ao arquivo provisório, em caso de inércia, abrindo-se, a partir daí, o prazo para contagem do prazo prescricional.	x	

## 6.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho UTILIZA corretamente o Check list elaborado pela Secretaria Geral Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos:189-92.2013; 196-84.2013; 203-76.2013; 208-98.2013; 10007-68.2013; 10012-90.2013)
2	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança, correta e regularmente, no SAJ os valores decorrentes dos acordos e o recolhimento previdenciário, descumprindo, assim, o disposto no artigo 163 e parágrafos do PGC (processos: 196-84.2013; 203-76.2013; 10007-68.2013; 208-98.2013)
3	Nos processos a seguir relacionados,com sentenças proferidas , constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: 10016-30.2013, 10017-15.2013, 10140-13.2013, 10119-37.2013, 10066-56.2013, 2565-85.2012, 2118-97.2012, 2364-93.2012 e 2349-27.2012).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que na Vara do Trabalho NÃO SÃO PROFERIDAS SENTENÇAS LÍQUIDAS (processos: 10016-30.2013, 10017-15.2013, 10140-13.2013, 10119-37.2013, 10066-56.2013, 2565-85.2012, 2118-97.2012, 2364-93.2012 e 2349-27.2012)
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença, de forma eletrônica, conforme convênios com os órgãos destinatários (processos: 2364-93.2012, 2349-27.2012 e 207-16.2013)
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO CERTIFICA O TRÂNSITO EM JULGADO, descumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos:2364-93.2012, 2349-27.2012 e 150-95.2013) .
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nas atas homologatórias de acordo são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que nelas estão contidas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: 10492-68.2013, 10103-83.2013, 10097-76.2013, 1831-37.2012 e 1663-35.2012). NO ENTANTO, nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que NAS DECISÕES HOMOLOGATÓRIAS dos acordos celebrados pelas partes e apresentados perante o Juízo por petição NÃO SÃO CUMPRIDAS as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que nelas não estão contidas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: 10136-73.2013, 10405-15.2013, 10038-88.2013, 10058-79.2013 e 166-49.2013).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA no SAJ os valores referentes ao pagamento das parcelas do acordo pagos, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 1663-35.2012, 1831-37.2012, 166-49.2013, 10097-76.2013, 10103-83.2013)
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nas atas homologatórias de acordo são citados os ARTIGOS DESATUALIZADOS DO PGC (81 e 178) quanto às orientações e obrigações previdenciárias. A numeração correta dos artigos referentes às orientações e obrigações previdenciária de acordo com novo PGC é 76 e 177, respectivamente (processos: 10492-68.2013, 10103-83.2013, 10097-76.2013, 1831-37.2012 e 1663-35.2012).

Item	Constatações
10	Nos processos com acordo homologado, verificados por amostragem, constatou-se que a unidade envia os autos à Câmara Permanente de Conciliação antes da inclusão do processo em pauta para audiência inicial/una, mediante solicitação de uma das partes (VAMOS CONCILIAR?)
11	Ao verificar, em 07/08/2013, os andamentos dos processos no SAJ, utilizando para tanto a ferramenta disponibilizada pelo próprio sistema (RELATÓRIO PELO ÚLTIMO ANDAMENTO), constatou-se que a Secretaria da Vara procede ao lançamento dos códigos com regularidade, atendendo, atempadamente, as solicitações da Corregedoria referentes à correção dos andamentos equivocados.
12	Ao verificar, em 07/08/2013, os Grupos e Subgrupos da ferramenta Birô, do sistema informatizado SAJ-18, não foi constatado a existência de processos com data limite vencida.
13	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40, § 2º da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 30 dias (processos: 982-02.2011, 797-27.2012, 1678-38.2011, 889-05.2012, 930-69.2012 e 467-30.2012).
14	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no SAJ o andamento "EXECUÇÃO SUSPENSA", indicando o motivo, conforme determinação do Juízo (processos: 982-02.2011, 797-27.2012, 1678-38.2011, 889-05.2012, 930-69.2012 e 467-30.2012 ).
15	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho arquiva provisoriamente os autos, após exaurimento do prazo de suspensão, mediante despacho fundamentado, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente, nos termos do artigo 40, § 2ª e 4º da Lei 6830/80 e do artigo 161 do PGC (processos: 982-02.2011, 797-27.2012, 1678-38.2011, 889-05.2012, 930-69.2012 e 467-30.2012).
16	Nos processos de execução fiscal a seguir relacionados, constatou-se que, nas publicações dos editais de Praça e Leilão no DJE, NÃO CONSTAM OS NÚMEROS DAS CDA'S, descumprindo o disposto no artigo 185 do PGC (processos: 1160-48.2011, 79000-42.2008 e 1016-11.2010);
17	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE OFÍCIO À Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, descumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: 1411-32.2012, 738-39.2012, 2081-70.2012, 1682-81.2012 e 1511-84.2012)
18	No processo a seguir relacionado, constatou-se que a Vara do Trabalho extingue a execução previdenciária mesmo no caso em que o crédito é superior ao valor piso da Portaria MPS nº 1293/2005 ( R\$ 120,00), descumprindo o disposto no artigo 179 do PGC (processo: 1491-93.2012.)
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que o executado é diretamente citado para pagar ou garantir a execução no prazo de 48 horas, SEM PREVIAMENTE SER INTIMADO PARA PROCEDER O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E COMPROVAR O ENVIO DA GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC. (processos: 1411-32.2012, 738-39.2012, 2081-70.2012, 1682-81.2012 e 1511-84.2012).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza sistematicamente os convênios BACENJUD, RENAJUD, INCRA e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição, cumprindo o disposto no artigo 159 do PGC (processos: 1459-88.2012, 890-87.2012, 1314-32.2012, 1128-09.2012 e 908-11.2012)

Item	Constatações
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho cita os sócios antes de qualquer medida constritiva de seus bens, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo o disposto no artigo 160 do PGC (processos:1140-57.2011 e 1314-32.2012).
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após a liquidação dos cálculos, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: 515-86.2012 e 1083.05.2012).
23	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara NÃO INTIMOU o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo-se o disposto no artigo 346 do PGC (processos: 2562-33.2012; 2585-76.2012; 116-23.2013; 172-56.2013)
24	Não consta no relatório, gerado no SAJ, processo com prioridade para intimação do MPT, protocolado pelo Sistema PJE.
25	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho CERTIFICA os feriados, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, conforme disposto no art. 128 do PGC (processos: 10082-10.2013, 2550-19.2012, 2585-76.2012, 680-36.2012, 1367-13.2012 e 1533-45.2012)
26	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho ANALISA, de forma explicita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: 10082-10.2013, 2550-19.2012, 2585-76.2012, 680-36.2012, 1367-13.2012 e 1533-45.2012)
27	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 2585-76.2012, 680-36.2012, 1367-13.2012 e 1533-45.2012).
28	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 02/07/2012 e 02/07/2013, constatou-se que: (1º) são realizadas audiências de segunda a quinta-feira; (2º) o atraso médio para início de audiências é de 11 minutos; e (3º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências 13 (treze) processos.
29	Analisados por amostragem os atos processuais no período correicionado, constatou-se que o prazo médio para elaboração de despachos é de 5 (cinco) dias,em desacordo com o previsto no artigo 189, inciso I do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Constatou-se, também, que o prazo médio para cumprimento de despachos e diligências pela Secretaria da Vara é de 3 (três) dias, em desacordo com o prazo previsto no artigo 190, inciso II do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho.
30	Analisados os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se os seguintes prazos médios para solução de incidentes nas fases de conhecimento e execução: 7 (sete) dias para julgamento de incidentes na fase de conhecimento e 9 (nove) dias para julgamento de incidentes na fase de execução (Processos:1083/2012-05, 490/2012-73, 1107/2012-33, 684/2011-10, 836/2012-24, 590/2012-28, 177-71/2012 e 294-06/2012 ). Constatou-se, ainda que a unidade não lança os andamentos referentes à conclusão para julgamento de incidentes – QJED e QJEE.